

POLÍTICAS MUNICIPAIS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SEUS IMPACTOS NA PROFISSIONALIDADE DOCENTE: UM ESTUDO CRÍTICO SOBRE FORMAÇÃO E PRÁTICA PEDAGÓGICA

DOI: 10.5281/zenodo.18652590

Ana Cleide da Silva¹

RESUMO

O presente artigo analisa as políticas municipais direcionadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e seus impactos na profissionalidade docente, considerando as implicações na formação continuada e na prática pedagógica. A pesquisa, de natureza qualitativa e abordagem crítico-interpretativa, baseia-se em análise documental de diretrizes municipais e em referenciais teóricos sobre políticas públicas, trabalho docente e formação de professores. Os resultados indicam que as políticas locais exercem influência significativa na organização do trabalho pedagógico, na autonomia docente e na construção da identidade profissional dos professores da EJA. Observa-se, contudo, a existência de tensões entre normativas institucionais e a realidade escolar, especialmente no que se refere à formação continuada e às condições de trabalho. Conclui-se que a efetividade das políticas municipais

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

depende da articulação entre gestão educacional, valorização docente e formação específica para a modalidade.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Políticas Educacionais Municipais; Formação Docente; Prática Pedagógica; Profissionalidade Docente.

ABSTRACT

This article analyzes municipal policies aimed at Youth and Adult Education (YAE) and their impacts on teacher professionalism, considering the implications for continuing education and pedagogical practice. The research, qualitative in nature and grounded in a critical-interpretative approach, is based on documentary analysis of municipal guidelines and on theoretical frameworks related to public policies, teaching work, and teacher education. The results indicate that local policies exert significant influence on the organization of pedagogical work, teacher autonomy, and the construction of the professional identity of YAE teachers. However, tensions are observed between institutional regulations and school reality, especially regarding continuing education and working conditions. It is concluded that the effectiveness of municipal policies depends on the articulation between educational management, teacher appreciation, and specific training for the modality.

Keywords: Youth and Adult Education; Municipal Educational Policies; Teacher Education; Pedagogical Practice; Teacher Professionalism.

Introdução

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui-se como uma modalidade estratégica no enfrentamento das desigualdades educacionais e sociais no Brasil, configurando-se como um direito assegurado constitucionalmente e reafirmado por diferentes marcos legais e normativos da educação nacional. Historicamente vinculada às lutas por democratização do acesso à escolarização, a EJA representa não apenas uma política compensatória, mas um campo pedagógico específico que reconhece as trajetórias, experiências e saberes de sujeitos que, por diferentes razões, não tiveram acesso ou permanência na educação básica na idade considerada regular.

No contexto contemporâneo, marcado por profundas desigualdades sociais, econômicas e culturais, a EJA assume relevância ainda maior, sobretudo em municípios de pequeno e médio porte, nos quais se concentram índices expressivos de distorção idade-série, evasão escolar e analfabetismo funcional. Nesse cenário, a atuação dos sistemas municipais de ensino torna-se fundamental para a garantia do direito à educação ao longo da vida, exigindo a elaboração e implementação de políticas públicas que contemplem as especificidades dessa modalidade e assegurem condições adequadas para seu funcionamento.

No âmbito municipal, as políticas públicas voltadas à EJA assumem papel central na organização curricular, na gestão pedagógica, na definição de diretrizes avaliativas e, especialmente, na formação dos professores que atuam nessa modalidade. As diretrizes municipais expressam concepções de educação, orientam práticas pedagógicas e estabelecem prioridades institucionais, influenciando diretamente a dinâmica do trabalho docente e as formas de organização do ensino. Assim, compreender a EJA no contexto

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

das políticas educacionais locais implica analisar a maneira como essas políticas são formuladas, implementadas e ressignificadas no cotidiano das escolas.

Entretanto, apesar da expansão normativa e da produção de diretrizes educacionais específicas para a EJA nas últimas décadas, persistem desafios relacionados à implementação efetiva dessas políticas no cotidiano escolar. Muitas redes municipais enfrentam dificuldades estruturais e pedagógicas que impactam a consolidação da modalidade, tais como a descontinuidade de programas, a insuficiência de recursos didáticos, a precarização das condições de trabalho docente e a ausência de formação continuada específica. Tais fatores evidenciam a distância existente entre o que é prescrito nos documentos oficiais e o que se materializa na prática educativa.

Nesse cenário, emerge a necessidade de investigar de que maneira as diretrizes municipais influenciam a profissionalidade docente na EJA, entendida como o conjunto de saberes, competências, valores, atitudes e práticas que constituem o exercício profissional do professor. A profissionalidade docente não se restringe ao domínio de conteúdos e metodologias de ensino, mas envolve processos de construção identitária, autonomia pedagógica, reconhecimento social e condições objetivas de trabalho. No caso da EJA, essa profissionalidade assume contornos específicos, uma vez que o professor atua com sujeitos que apresentam trajetórias escolares interrompidas, experiências de trabalho diversas e demandas educacionais heterogêneas.

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

A formação docente para a EJA constitui elemento central nesse debate. Embora a legislação educacional reconheça a importância da formação inicial e continuada para os professores da educação básica, observa-se que a formação específica para a EJA ainda é incipiente em muitos sistemas de ensino. Frequentemente, os docentes que atuam nessa modalidade não recebem preparação adequada durante a formação inicial, sendo alocados na EJA por necessidade institucional e aprendendo a lidar com suas especificidades no exercício cotidiano da profissão. Tal realidade evidencia a importância das políticas municipais de formação continuada como estratégia para qualificar o trabalho pedagógico e fortalecer a identidade profissional dos professores.

Além da formação, a prática pedagógica na EJA é fortemente influenciada pelas condições institucionais e pelas orientações normativas estabelecidas pelas redes municipais. As diretrizes curriculares, os instrumentos de avaliação, a organização do tempo escolar e as propostas metodológicas constituem elementos que orientam o trabalho docente e moldam as experiências educativas dos estudantes. No entanto, a prática pedagógica não se configura como mera aplicação de normas, sendo marcada por processos de interpretação, adaptação e ressignificação por parte dos professores. Nesse sentido, os docentes atuam como mediadores entre as políticas educacionais e a realidade da sala de aula, reinterpretando orientações oficiais à luz das necessidades concretas dos estudantes e das condições de trabalho disponíveis.

Essa perspectiva ressalta a importância de compreender as políticas educacionais não apenas como textos normativos, mas como práticas sociais

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

em constante construção. As políticas são produzidas em diferentes níveis — federal, estadual e municipal e adquirem sentidos específicos quando apropriadas pelos sujeitos que atuam no contexto escolar. Assim, investigar os impactos das políticas municipais de EJA na profissionalidade docente implica analisar as relações entre normativas institucionais, formação continuada e prática pedagógica, considerando as tensões e contradições que emergem nesse processo.

Este estudo tem como objetivo analisar os impactos das políticas municipais de Educação de Jovens e Adultos na profissionalidade docente, com ênfase na formação continuada e na prática pedagógica. Busca-se compreender de que maneira as diretrizes municipais influenciam a organização do trabalho docente, a construção da identidade profissional e as estratégias pedagógicas adotadas pelos professores da EJA. Parte-se da compreensão de que as políticas educacionais não se materializam de forma linear, sendo reinterpretadas pelos sujeitos no contexto escolar e mediadas por fatores institucionais, culturais e sociais.

Ao discutir a relação entre políticas públicas municipais e profissionalidade docente na EJA, o estudo pretende contribuir para o debate acadêmico e para a formulação de políticas educacionais mais consistentes e contextualizadas. Considera-se que a valorização do trabalho docente e o fortalecimento da formação continuada constituem elementos fundamentais para a consolidação da EJA como modalidade de ensino comprometida com a inclusão social e a garantia do direito à educação. Nesse sentido, a análise proposta busca evidenciar a centralidade do professor na efetivação das políticas educacionais e a necessidade de construção de ações formativas que

dialoguem com as especificidades da modalidade e com as demandas concretas do cotidiano escolar.

Políticas Públicas Municipais e Educação de Jovens e Adultos

As políticas públicas educacionais no contexto municipal assumem papel decisivo na implementação e consolidação da Educação de Jovens e Adultos (EJA), sobretudo após o processo de descentralização administrativa e de responsabilização dos entes federados previsto na Constituição Federal de 1988 e reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996). A partir desse marco legal, os municípios passaram a desempenhar funções mais amplas na organização da educação básica, incluindo a formulação de diretrizes curriculares, a gestão de programas educacionais e a promoção de políticas de formação docente.

Nesse cenário, a EJA passa a depender fortemente das políticas locais, uma vez que a organização da oferta, a estrutura curricular, os processos avaliativos e as condições de funcionamento da modalidade são, em grande medida, definidos no âmbito das redes municipais de ensino. Essa centralidade da gestão municipal evidencia a importância de analisar as políticas educacionais não apenas em seu caráter normativo, mas também em sua materialização no cotidiano escolar e nas práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores.

De acordo com Ball (2001), as políticas educacionais devem ser compreendidas como processos dinâmicos e multifacetados, que envolvem diferentes etapas e atores sociais. Para o autor, a política não se limita ao

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

texto oficial produzido pelos órgãos governamentais, mas se constitui também nas formas como é interpretada e implementada nas instituições educacionais. Nesse sentido, o ciclo de políticas engloba momentos de formulação, interpretação, recontextualização e prática, evidenciando a complexidade de sua implementação.

Segundo Ball (2001, p. 102), “as políticas educacionais são sempre sujeitas a processos de tradução e interpretação pelos atores que as colocam em prática, sendo inevitável a existência de ajustes, negociações e recontextualizações no interior das instituições”. Essa perspectiva permite compreender que as diretrizes municipais para a EJA não se materializam de forma homogênea, sendo reinterpretadas por gestores e professores conforme as condições institucionais, os recursos disponíveis e as demandas específicas dos estudantes.

A compreensão das políticas educacionais como processos em constante construção contribui para a análise das tensões existentes entre o plano normativo e a realidade escolar. No contexto da EJA, essas tensões se manifestam de maneira significativa, uma vez que a modalidade frequentemente ocupa posição marginal nas prioridades educacionais de muitas redes de ensino. Em diversos municípios, a EJA enfrenta descontinuidade de programas, redução de turmas, insuficiência de recursos didáticos e carência de formação docente específica, fatores que impactam diretamente a qualidade da oferta educacional.

As diretrizes municipais para a EJA desempenham papel estruturante na organização do trabalho pedagógico. Elas orientam a elaboração do

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

currículo, definem critérios de avaliação, estabelecem parâmetros para a organização do tempo e do espaço escolar e indicam princípios metodológicos a serem adotados pelos professores. No entanto, a existência de documentos normativos não garante, por si só, a efetivação de práticas pedagógicas coerentes com as especificidades da modalidade.

Muitas redes municipais ainda enfrentam fragilidades na consolidação de políticas específicas para a EJA, refletindo em descontinuidade de programas e precarização das condições de trabalho docente. Em alguns contextos, a modalidade é tratada como ação compensatória ou emergencial, sem planejamento de longo prazo e sem integração efetiva aos projetos pedagógicos das escolas. Essa situação contribui para a invisibilidade institucional da EJA e para a desvalorização dos profissionais que atuam nessa área.

Nesse sentido, Arroyo (2017) destaca que a EJA historicamente tem sido marcada por políticas descontínuas e por uma lógica de improvisação, o que compromete a construção de projetos pedagógicos consistentes e a valorização do trabalho docente. Para o autor, a consolidação da modalidade como política pública permanente exige investimento em formação específica, condições adequadas de trabalho e reconhecimento da diversidade dos sujeitos atendidos.

Em relação à formação docente, as políticas municipais apresentam papel estratégico na promoção de ações formativas que dialoguem com as especificidades da EJA. Entretanto, observa-se que, em muitas redes de ensino, a formação continuada ocorre de forma pontual e desarticulada das

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

demandas reais da prática pedagógica. Essa fragilidade compromete a construção de saberes docentes específicos e limita a capacidade dos professores de desenvolver estratégias pedagógicas adequadas ao perfil dos estudantes jovens e adultos.

A relação entre políticas públicas e formação docente pode ser compreendida a partir da perspectiva de que a profissionalidade do professor se constrói em diálogo com as condições institucionais e com as oportunidades formativas oferecidas pelo sistema educacional. Conforme aponta Nóvoa (1995), a formação de professores deve ser entendida como processo contínuo e contextualizado, que articula saberes teóricos, experiências práticas e reflexão crítica sobre o trabalho pedagógico.

Nessa direção, as políticas municipais de formação continuada podem contribuir significativamente para o fortalecimento da profissionalidade docente na EJA, desde que sejam planejadas de forma participativa e alinhadas às necessidades concretas dos professores. A ausência de programas formativos específicos, por outro lado, tende a gerar improvisação pedagógica e insegurança profissional, impactando a qualidade do ensino oferecido.

Outro aspecto relevante refere-se à relação entre políticas educacionais e condições de trabalho docente. A implementação de diretrizes curriculares e programas educacionais exige recursos materiais, infraestrutura adequada e organização institucional que favoreça o desenvolvimento das atividades pedagógicas. Quando essas condições não são asseguradas, as políticas

tendem a se limitar ao plano discursivo, sem produzir mudanças efetivas na prática educativa.

Nesse contexto, torna-se pertinente destacar a análise de Sacristán (2000) sobre a relação entre currículo prescrito e currículo em ação. Para o autor, o currículo oficial representa apenas uma das dimensões do processo educativo, sendo constantemente reinterpretado pelos professores no cotidiano da sala de aula. Assim, a prática pedagógica resulta da interação entre orientações normativas, saberes docentes e condições concretas de trabalho. Sacristán (2000, p. 165) afirma:

O currículo não se esgota no documento oficial que o prescreve. Ele ganha vida nas práticas escolares, sendo reinterpretado pelos professores de acordo com suas experiências, concepções pedagógicas e condições de trabalho. Por isso, compreender o currículo implica analisar não apenas o que está prescrito, mas o que efetivamente se realiza no cotidiano das instituições educativas.

Essa compreensão é particularmente relevante para a análise das políticas municipais de EJA, uma vez que evidencia a centralidade do professor como agente de recontextualização das diretrizes educacionais. Os docentes não apenas executam orientações institucionais, mas atribuem sentidos às políticas, adaptando-as às necessidades dos estudantes e às condições da escola.

Assim, a análise das políticas públicas municipais para a EJA requer uma abordagem que considere a complexidade dos processos de formulação e implementação das ações educacionais. É necessário reconhecer que as políticas são construídas em múltiplos níveis e que sua efetividade depende da articulação entre gestão educacional, formação docente e condições de trabalho.

Diante desse cenário, investigar as políticas municipais de EJA e seus impactos na profissionalidade docente constitui tarefa relevante para a compreensão das dinâmicas educacionais contemporâneas. Tal investigação possibilita identificar avanços e limites das ações implementadas, bem como contribuir para a construção de políticas mais consistentes, participativas e alinhadas às demandas da modalidade. Ao evidenciar a relação entre diretrizes institucionais e prática pedagógica, amplia-se o entendimento sobre o papel dos professores na efetivação do direito à educação de jovens e adultos e na construção de uma educação pública socialmente referenciada.

Profissionalidade Docente e Formação na EJA

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

A profissionalidade docente refere-se à construção histórica, social e cultural do trabalho do professor, englobando saberes pedagógicos, experiências profissionais, valores, competências e identidades que se constituem ao longo da trajetória docente. Tal conceito ultrapassa a compreensão técnica da docência e abrange dimensões relacionadas à autonomia profissional, à reflexão crítica sobre a prática e ao reconhecimento social do professor como sujeito central no processo educativo. Conforme destacam Nóvoa (1995) e Tardif (2014), a profissionalidade docente é resultado de processos formativos contínuos e de interações estabelecidas no contexto escolar e nas políticas educacionais que orientam o trabalho pedagógico.

A docência, enquanto profissão, é marcada por um conjunto de saberes específicos que se constroem na articulação entre teoria e prática, formação inicial e continuada, experiência profissional e contexto institucional. Tardif (2014) ressalta que os saberes docentes são plurais e se originam de diferentes fontes, incluindo a formação acadêmica, a experiência cotidiana na sala de aula e a interação com outros profissionais da educação. Nesse sentido, a profissionalidade docente não é um atributo fixo, mas um processo dinâmico e em constante construção, influenciado pelas condições de trabalho, pelas políticas educacionais e pelas experiências vivenciadas no exercício da profissão.

No âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a profissionalidade docente assume características próprias, considerando a diversidade sociocultural dos estudantes e as especificidades pedagógicas da modalidade. Os professores da EJA lidam com sujeitos que apresentam trajetórias escolares interrompidas, experiências de trabalho variadas, responsabilidades

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

familiares e expectativas distintas em relação à escolarização. Essa realidade exige do docente sensibilidade pedagógica, flexibilidade metodológica e capacidade de dialogar com os saberes e experiências dos estudantes.

Além disso, a EJA demanda práticas pedagógicas contextualizadas e interdisciplinares, que considerem a heterogeneidade das turmas e a necessidade de valorização das experiências de vida dos educandos. Nesse contexto, a profissionalidade docente envolve não apenas o domínio de conteúdos curriculares, mas também a capacidade de desenvolver estratégias de ensino que promovam a inclusão, a participação e o reconhecimento dos sujeitos como protagonistas do processo educativo.

Nóvoa (1995) destaca que a construção da identidade profissional docente está diretamente relacionada às experiências formativas e às condições institucionais de trabalho. Para o autor, a formação de professores deve ser concebida como processo contínuo e reflexivo, que possibilite aos docentes analisar criticamente sua prática e construir novos saberes pedagógicos. Segundo Nóvoa (1995, p. 25), “a formação não se constrói por acumulação de cursos, mas por meio de um trabalho de reflexão crítica sobre as práticas e de reconstrução permanente da identidade profissional”.

Essa perspectiva evidencia a importância da formação continuada como elemento central para o fortalecimento da profissionalidade docente, especialmente na EJA. A formação continuada possibilita a atualização de conhecimentos, a troca de experiências entre professores e o desenvolvimento de competências pedagógicas específicas para a modalidade. No entanto, a efetividade dos processos formativos depende da

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

articulação entre teoria e prática e da consideração das demandas reais do cotidiano escolar.

No contexto da EJA, a formação docente enfrenta desafios significativos. Em muitos casos, os professores que atuam na modalidade não receberam preparação específica durante a formação inicial, sendo direcionados para a EJA em função de necessidades institucionais. Essa realidade evidencia lacunas na formação inicial de professores, que frequentemente não contempla de forma adequada as especificidades pedagógicas e metodológicas da educação de jovens e adultos.

A formação continuada, por sua vez, é apontada como estratégia fundamental para suprir essas lacunas e fortalecer a prática pedagógica. Entretanto, estudos indicam que os programas formativos frequentemente desconsideram as particularidades da modalidade, reproduzindo modelos generalistas de formação voltados para o ensino regular. Essa abordagem limita a construção de saberes específicos e dificulta a elaboração de práticas pedagógicas alinhadas às necessidades dos estudantes da EJA.

De acordo com Tardif (2014), os saberes docentes são construídos no exercício da profissão e na interação com os contextos de trabalho. Para o autor, a valorização da experiência docente e a criação de espaços de reflexão coletiva são fundamentais para o desenvolvimento profissional dos professores. Nesse sentido, a formação continuada deve promover a articulação entre saberes teóricos e práticos, considerando as experiências e os desafios enfrentados pelos docentes no cotidiano escolar.

Tardif (2014, p. 39) afirma:

O saber dos professores não se reduz ao conhecimento acadêmico transmitido nas instituições de formação inicial. Ele se constrói também no exercício da profissão, nas interações com os alunos, com os colegas e com a instituição escolar. É um saber plural, temporal e situado, que se transforma ao longo da trajetória profissional.

Essa compreensão reforça a importância de políticas de formação continuada que valorizem a experiência docente e promovam a reflexão crítica sobre a prática pedagógica na EJA. A formação deve ser concebida como espaço de diálogo, troca de saberes e construção coletiva de estratégias de ensino que considerem as especificidades da modalidade.

Outro aspecto relevante refere-se à relação entre profissionalidade docente e condições de trabalho. A construção da identidade profissional e o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras dependem de condições institucionais que favoreçam o planejamento, a colaboração entre professores e o acesso a recursos didáticos adequados. Quando essas

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

condições são precárias, a profissionalidade docente tende a ser fragilizada, gerando sentimentos de desvalorização e desmotivação profissional.

Na EJA, as condições de trabalho frequentemente se apresentam de forma mais desafiadora, incluindo carga horária reduzida, turmas heterogêneas, ausência de materiais didáticos específicos e descontinuidade de programas educacionais. Esses fatores impactam diretamente a prática pedagógica e a construção da profissionalidade docente, exigindo dos professores constante adaptação e criatividade para lidar com as demandas do cotidiano escolar.

Além disso, a valorização profissional e o reconhecimento institucional constituem elementos fundamentais para o fortalecimento da profissionalidade docente. A ausência de políticas específicas para a EJA e a pouca visibilidade da modalidade nas redes de ensino contribuem para a sensação de marginalização profissional, afetando a motivação e o engajamento dos professores.

Nesse sentido, as políticas públicas educacionais desempenham papel estratégico na promoção da profissionalidade docente, especialmente por meio de programas de formação continuada, valorização profissional e melhoria das condições de trabalho. A implementação de políticas formativas específicas para a EJA pode contribuir para a construção de práticas pedagógicas mais contextualizadas e para o fortalecimento da identidade profissional dos docentes.

Ao considerar a complexidade do trabalho docente na EJA, torna-se evidente a necessidade de repensar os modelos de formação oferecidos aos

professores, de modo a contemplar as especificidades da modalidade e a diversidade dos sujeitos atendidos. A formação continuada deve ser concebida como processo permanente e articulado às práticas pedagógicas, possibilitando aos docentes refletir sobre suas experiências e construir novos saberes profissionais.

Assim, a análise da profissionalidade docente e da formação na EJA revela a importância de políticas educacionais que reconheçam a centralidade do professor na efetivação do direito à educação de jovens e adultos. Investir na formação continuada, na valorização profissional e na melhoria das condições de trabalho constitui passo fundamental para a consolidação da modalidade e para a promoção de práticas pedagógicas comprometidas com a inclusão e a justiça social.

Prática Pedagógica e Recontextualização das Políticas

A prática pedagógica na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é marcada por processos contínuos de adaptação, interpretação e ressignificação das políticas educacionais. Diferentemente de uma concepção linear e normativa da ação docente, o trabalho pedagógico na EJA envolve a mediação constante entre as diretrizes institucionais e as demandas concretas dos sujeitos que frequentam essa modalidade de ensino. Nesse contexto, a implementação das políticas públicas educacionais ocorre de forma dinâmica, sendo reinterpretada pelos professores a partir de suas experiências, saberes e das condições objetivas do cotidiano escolar.

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

Conforme destaca Sacristán (2000), o currículo prescrito, definido em documentos oficiais e diretrizes institucionais, não se concretiza automaticamente na prática pedagógica. Ao contrário, ele passa por processos de interpretação e adaptação no interior das instituições educativas, sendo influenciado por fatores como a cultura escolar, as condições materiais, a organização do tempo e do espaço, bem como pela trajetória profissional dos docentes. Assim, a prática pedagógica não pode ser compreendida como mera aplicação de normas, mas como um espaço de produção de sentidos e de construção de saberes. Sacristán (2000, p. 167) afirma que:

O currículo prescrito é apenas um ponto de partida. Na realidade das escolas, ele é transformado e reconstruído pelos professores, que o adaptam às condições concretas de ensino, às características dos alunos e às possibilidades institucionais. É nesse processo que o currículo ganha significado e se torna prática educativa.

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

Essa perspectiva evidencia a centralidade do professor como sujeito ativo na recontextualização das políticas educacionais. Na EJA, esse processo assume contornos ainda mais complexos, uma vez que os docentes atuam com estudantes que apresentam trajetórias escolares heterogêneas, diferentes níveis de escolarização e múltiplas experiências de vida. Tal diversidade exige a construção de práticas pedagógicas flexíveis, contextualizadas e sensíveis às necessidades dos educandos.

A recontextualização das políticas educacionais na prática pedagógica da EJA ocorre, portanto, em um campo permeado por tensões e negociações. De um lado, estão as diretrizes curriculares e normativas estabelecidas pelas redes de ensino; de outro, as condições concretas de trabalho e as especificidades dos estudantes. Os professores, ao mediar essas dimensões, reinterpretam orientações oficiais e elaboram estratégias pedagógicas que possibilitem a efetivação do processo educativo.

Nesse sentido, a prática pedagógica na EJA constitui espaço privilegiado de materialização das políticas educacionais. É no cotidiano da sala de aula que as diretrizes institucionais se transformam em ações concretas, influenciando a organização do ensino, a seleção de conteúdos, as metodologias adotadas e as formas de avaliação. Entretanto, essa materialização não ocorre de maneira uniforme, sendo atravessada por fatores institucionais, culturais e profissionais.

As condições materiais de funcionamento das escolas representam elemento determinante nesse processo. A disponibilidade de recursos didáticos, a infraestrutura escolar, a carga horária destinada à modalidade e o número de

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

estudantes por turma interferem diretamente na organização da prática pedagógica. Em muitos contextos, a EJA enfrenta limitações estruturais que exigem dos professores constante adaptação e criatividade para garantir a continuidade do processo educativo.

Além das condições materiais, a cultura escolar exerce influência significativa na recontextualização das políticas. As concepções pedagógicas predominantes, as formas de organização do trabalho coletivo e as relações estabelecidas entre gestores e professores moldam as práticas educativas e orientam a implementação das diretrizes curriculares. Quando a EJA é valorizada institucionalmente e integrada ao projeto pedagógico da escola, as políticas tendem a se materializar de forma mais consistente. Por outro lado, quando a modalidade ocupa posição marginal na organização escolar, as políticas frequentemente se fragilizam e perdem efetividade.

Outro elemento relevante refere-se à experiência docente. Os saberes construídos ao longo da trajetória profissional orientam a forma como os professores interpretam e implementam as políticas educacionais. A experiência na EJA possibilita o desenvolvimento de estratégias pedagógicas específicas, baseadas no diálogo com os estudantes, na valorização de seus saberes e na contextualização dos conteúdos. Assim, a prática pedagógica se constitui como espaço de aprendizagem e de construção contínua da profissionalidade docente.

A análise da prática pedagógica na EJA requer, portanto, a compreensão das políticas educacionais como práticas sociais em constante construção. As diretrizes municipais não se esgotam nos documentos oficiais, sendo

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

continuamente reinterpretadas no cotidiano escolar. Essa perspectiva reforça a importância de considerar a voz e a experiência dos professores na análise das políticas públicas, reconhecendo-os como sujeitos que produzem e transformam a política educacional na prática.

Além disso, a recontextualização das políticas evidencia a necessidade de articulação entre gestão educacional e trabalho docente. Políticas formuladas sem a participação dos professores tendem a enfrentar maiores dificuldades de implementação, uma vez que não consideram as demandas e os desafios do cotidiano escolar. Por outro lado, políticas construídas de forma participativa e alinhadas às necessidades da prática pedagógica apresentam maior potencial de efetividade.

Nesse sentido, a análise das políticas municipais de EJA deve considerar não apenas os documentos normativos que orientam a modalidade, mas também sua materialização nas práticas docentes. Compreender como os professores interpretam, adaptam e ressignificam as diretrizes educacionais permite identificar avanços, limites e possibilidades de aprimoramento das políticas públicas. Tal abordagem contribui para a construção de políticas mais contextualizadas e para o fortalecimento da prática pedagógica na Educação de Jovens e Adultos, reafirmando o papel central do professor na efetivação do direito à educação.

Conclusão

A análise das políticas municipais voltadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e seus impactos na profissionalidade docente permite compreender a

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

complexidade que envolve a implementação de diretrizes educacionais no contexto local. Ao longo deste estudo, evidenciou-se que a EJA, enquanto modalidade estratégica para a democratização do acesso à educação e para a redução das desigualdades sociais, depende de políticas públicas consistentes, articuladas e contextualizadas às realidades dos sistemas municipais de ensino.

As políticas educacionais municipais assumem papel central na organização curricular, na definição de orientações pedagógicas e na promoção de ações formativas para os professores que atuam na EJA. No entanto, verificou-se que a existência de diretrizes normativas, por si só, não garante sua efetivação no cotidiano escolar. A materialização dessas políticas ocorre por meio de processos de interpretação e recontextualização realizados pelos docentes, que, a partir de suas experiências e das condições concretas de trabalho, atribuem sentidos às orientações institucionais e as adaptam às necessidades dos estudantes.

Nesse sentido, a profissionalidade docente emerge como elemento fundamental para a compreensão dos impactos das políticas municipais na prática pedagógica. A construção da profissionalidade na EJA revela-se marcada por desafios específicos, relacionados à diversidade sociocultural dos estudantes, à heterogeneidade das turmas e à insuficiência de formação específica para a modalidade. Os professores, ao atuarem nesse contexto, mobilizam saberes construídos na experiência e desenvolvem estratégias pedagógicas que buscam garantir a permanência e a aprendizagem dos educandos, mesmo diante de condições institucionais muitas vezes adversas.

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

A formação continuada mostrou-se componente essencial para o fortalecimento da prática pedagógica e da identidade profissional dos docentes da EJA. Entretanto, constatou-se que os programas formativos ofertados pelas redes municipais nem sempre contemplam as especificidades da modalidade, reproduzindo modelos generalistas que pouco dialogam com os desafios concretos enfrentados pelos professores. Essa lacuna formativa evidencia a necessidade de políticas de formação continuada mais contextualizadas, participativas e orientadas para a realidade da EJA.

Outro aspecto relevante refere-se às tensões entre o plano normativo das políticas educacionais e as condições objetivas de trabalho docente. A precarização de recursos didáticos, a descontinuidade de programas, a organização institucional fragilizada e a pouca visibilidade da EJA nas prioridades educacionais de algumas redes de ensino configuram obstáculos à efetivação das políticas públicas. Tais fatores impactam diretamente a motivação profissional, a qualidade da prática pedagógica e a consolidação da modalidade como direito educacional.

A prática pedagógica na EJA, conforme evidenciado, constitui espaço privilegiado de materialização e ressignificação das políticas educacionais. É no cotidiano da sala de aula que as diretrizes se transformam em ações concretas, mediadas pela experiência docente, pela cultura escolar e pelas condições institucionais. Os professores, nesse processo, atuam como agentes centrais na implementação das políticas, reinterpretando orientações oficiais e construindo práticas que dialogam com as trajetórias e necessidades dos estudantes jovens e adultos.

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

Diante desse cenário, torna-se imprescindível que as políticas municipais para a EJA sejam formuladas e implementadas de forma integrada, considerando a participação dos professores, a valorização profissional e a garantia de condições adequadas de trabalho. A construção de políticas educacionais mais consistentes requer investimento em formação continuada específica, fortalecimento da gestão pedagógica e reconhecimento da EJA como modalidade fundamental para a promoção da justiça social e educacional.

Conclui-se que os impactos das políticas municipais na profissionalidade docente são significativos e multifacetados, influenciando a formação, a prática pedagógica e a identidade profissional dos professores da EJA. Contudo, a efetividade dessas políticas depende da articulação entre diretrizes normativas e realidade escolar, bem como do reconhecimento do professor como sujeito ativo na construção e implementação das ações educacionais.

Espera-se que as reflexões apresentadas contribuam para o aprofundamento do debate acadêmico sobre políticas públicas e formação docente na Educação de Jovens e Adultos, bem como para a elaboração de políticas educacionais mais equitativas, participativas e comprometidas com a garantia do direito à educação ao longo da vida. O fortalecimento da EJA, nesse sentido, passa necessariamente pela valorização do trabalho docente e pela construção de processos formativos que dialoguem com as especificidades e desafios da modalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REVISTA TÓPICOS – ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

BALL, Stephen J. **Diretrizes políticas globais e relações locais em educação.** Currículo sem Fronteiras, v. 1, n. 2, p. 99-116, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.** Brasília: MEC/SEB, 2000.

DI PIERRO, Maria Clara. **Educação de jovens e adultos no Brasil: questões em debate.** São Paulo: Ação Educativa, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GATTI, Bernadete A. **Formação de professores no Brasil: características e problemas.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, 2010.

NÓVOA, António. **Os professores e sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 1995.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

VENTURA, Jaqueline; BOMFIM, Maria Inês. **Educação de jovens e adultos: políticas, práticas e formação docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

¹ Doutoranda em Ciências da Educação. Instituição: Universidad Internacional Tres Fronteras UNINTER. E-mail: anacleide292011@hotmail.com